



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

NOTA DE ESCLARECIMENTO I

ÀS EMPRESAS INTERESSADAS NO PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 002/2014

Esclareço que a despeito da intempestividade verificada na apresentação do Pedido de Esclarecimentos encaminhado pela empresa **LÍDER SIGNATURE S/A**, torno público a todos os interessados em participar do **Pregão Eletrônico nº 002/2014**, o teor dos esclarecimentos prestados.

ESCLARECIMENTOS PRESTADOS:

À Empresa LÍDER SIGNATURE S/A

1- Em atenção ao primeiro questionamento formulado, alusivo à previsão estampada no subitem 9.1.2 do Edital em comento, esclareço que pela leitura depreendida do dispositivo mencionado, resta claro que, o formulário, constante do Anexo II, somente será utilizado pelo licitante vencedor, que deverá encaminhá-la preenchida no prazo legal, juntamente com a documentação de habilitação.

2 – Em atenção ao questionamento formulado, esclareço que o Certificado de Autorização do Fabricante para os serviços de manutenção poderá ser apresentado em substituição ao documento solicitado no subitem nº 13.5.1 do Edital, itens nº 17 e 18 da Cláusula Quarta da minuta contratual e subitem 5.8 do Termo de Referência.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

3 – Inicialmente ressalto, que o certame licitatório a todo tempo é um procedimento público. Esclareço, que conforme dispõe a legislação e as normas que regulam as licitações, em especial o Pregão Eletrônico, após a análise da documentação de habilitação pelo Pregoeiro, este realizará a sessão de habilitação, previamente marcada, a qual será seguida da declaração do vencedor e após a fase recursal, onde os licitantes interessados deverão manifestar a intenção de recorrer, expondo os motivos, sendo concedido logo após, o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões, conforme o disposto no item 14.1 do Edital, prazo este, no qual os interessados poderão solicitar vista aos autos, se assim desejarem.

Esclareço ainda, que não há previsão legal, para o pedido de suspensão do prazo recursal, e nem da concessão de qualquer prazo adicional para a análise específica dos documentos de habilitação da empresa vencedora por parte dos licitantes interessados.

4 – Esclareço que a resposta ao presente questionamento, alusivo à contagem do prazo citado no subitem 14.3 encontra-se prevista no subitem 21.4 do Edital do certame, o qual retrata fielmente a legislação vigente.

5 – Esclareço que no referido dispositivo, onde se lê: itens 17.6 e 17.7, leia-se 18.6 e 18.7.

6 – Cumpre esclarecer que os órgãos da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, estão vinculados às minutas-padrão editadas pela Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro e que o citado dispositivo (17.9), integra o referido



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

documento, objeto da Resolução n° 3055/PGE de 02 de dezembro de 2011 e respectivas alterações. Acrescento, que o dispositivo mencionado, em especial, foi incluído na minuta contratual de edital , através da Resolução PGE n° 3.424 de 12 de setembro de 2013, desta forma não há como detalhar as causas que seriam interpretadas como excludente de qualquer responsabilidade ou causa de descumprimento do contrato.

Esclareço ainda, que a ocorrência de qualquer exceção descrita, denominada pela empresa postulante como “motivo justo ou de força maior” será criteriosamente avaliada pela administração, de acordo com o caso concreto apresentado, caso este venha a ocorrer.

7 – Esclareço que a expressão constante do item 4, da Cláusula Quarta da minuta contratual , a saber: “.... sempre que a ela imputáveis.”, resume o teor da solicitação encaminhada pela empresa postulante, no sentido de ressaltar que as falhas ou defeitos ocorreram em decorrência de ato ou omissão da Contratada, entendendo, portanto, a Administração não ser necessária a inclusão de qualquer alteração no dispositivo mencionado.

8 – Apesar de não haver sido esclarecido pela empresa postulante em qual cláusula se encontram citados os documentos que deram origem ao questionamento formulado, entende a Administração que sendo estes os mencionados no Parágrafo Segundo da Cláusula Oitava da minuta contratual, obviamente referem-se aos empregados da empresa envolvidos na prestação dos serviços.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

9 – Em atenção ao questionamento alusivo ao Parágrafo Sexto da Cláusula Décima da minuta contratual, reitero que os órgãos da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, estão vinculados às minutas-padrão editadas pela Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro e que o Parágrafo Sexto da Cláusula Décima da minuta contratual integra o referido documento, objeto da Resolução n° 3042/PGE de 07 de novembro de 2011 e respectivas alterações, e que o dispositivo mencionado, em especial, foi incluído na minuta contratual de prestação de serviços, através da Resolução PGE n° 3.217 de 11 de setembro de 2012.

10 – Quanto ao Parágrafo Único da Cláusula Décima Quarta da minuta contratual, esclareço inicialmente, que a Administração Pública goza de certas prerrogativas ante os particulares.

Os contratos administrativos contêm cláusulas que não seriam admissíveis em uma relação contratual de Direito Privado e que colocam a Administração em posição privilegiada em relação à outra, garantindo-lhe diversas prerrogativas, dentre elas, as denominadas *cláusulas exorbitantes*, presentes nos contratos firmados pela Administração, cujo regime jurídico encontra-se previsto no art. 58 da lei n° 8.666/93.

Essas prerrogativas são reflexo do regime jurídico-administrativo, o qual se fundamenta em dois importantes princípios, o da supremacia do interesse público sobre o privado e o princípio da indisponibilidade do interesse público, dos quais provém outros tantos.

Conforme já esclarecido anteriormente, os órgãos da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, estão vinculados às minutas-padrão editadas pela Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro e que o mencionado dispositivo, ou seja, o Parágrafo Único da Cláusula Décima Quarta, integra o referido



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

documento, objeto da Resolução n° 3042/PGE de 07 de novembro de 2011 e respectivas alterações.

11 - Por fim, em atenção ao questionamento de n° 11, alusivo à previsão estampada na Cláusula Décima Sexta da minuta contratual, reitero o esclarecimento prestado anteriormente, ressaltando que órgãos da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, estão vinculados às minutas-padrão editadas pela Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro e que a citada Cláusula, integra o referido documento, objeto da Resolução n° 3042/PGE de 07 de novembro de 2011 e respectivas alterações.

Atenciosamente,

CARINE RAMOS MAÇÃO
PREGOEIRA